DECRETO Nº. 074/2010

“Dispõe sobre a opção do Município de Colíder/MT pelo regime especial de pagamento de precatórios instituído pela Emenda Constitucional nº 62/2009, que alterou o artigo 100 e acrescentou o artigo 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/88, instituindo o Regime Especial de Pagamento de Precatório dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ”

CELSO PAULO BANAZESKI, Prefeito do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o regime especial de pagamento de precatórios no Município de Colíder/MT, nos termos do artigo 4º, I, da Emenda Constitucional nº 62/2009.

Art. 2º O Município de Colíder/MT, opta pelo pagamento dos precatórios vencidos, relativos às suas administrações direta e indireta, e os emitidos durante o período de vigência do regime especial, mediante depósito mensal, em conta especial criada para tal fim, do valor correspondente a **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, na forma do inciso I do artigo 4º da Emenda Constitucional nº 62/2009.

Parágrafo único. O primeiro depósito será efetuado até o dia 10 de maio de 2010, e os demais até o dia 20 de cada mês de competência na conta do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso de nº 5130-6, agência nº 3834-2, do Banco do Brasil S/A, até a criação da conta especial de que trata o I do § 1º do artigo 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Art. 3º Fica instituído, junto à Secretaria de Planejamento, Finanças e Administração do Município, o Sistema Único de Controle de Precatórios Judiciais, no qual será mantido o registro cadastral e de pagamentos de todos os precatórios da administração direta e indireta, para fins de controle estatístico, verificação dos pagamentos e conferência da ordem em que serão realizados.

§ 1º As entidades da administração indireta deverão manter atualizados os registros de seus precatórios junto à Secretaria de Planejamento, Finanças e Administração do Município,

cadastrando-os diretamente, em até 5 (cinco) dias da data do respectivo recebimento, e nesse mesmo prazo registrando as alterações que a qualquer tempo lhes forem comunicada;

§ 2º Os precatórios da administração indireta, já formalizados até a data do presente Decreto e ainda não cadastrados junto à Secretaria de Finanças do Município, deverão ser cadastrados dentro de 60 (sessenta) dias contados da publicação deste.

§ 3º Será encaminhado à Secretaria de Finanças, num prazo de até 10 dias, para fins de registro cadastral e pagamento, respectivamente, os precatórios e RPVs aportados junto ao Gabinete do Prefeito.

Art. 4º É de responsabilidade da Secretaria de Finanças do Município a realização dos depósitos e a liberação gradual dos recursos depositados de que trata o inciso I do art. 4º da Emenda Constitucional 62/2009.

Art. 5º A Secretaria de Finanças, a Secretaria de Administração e a Planejamento e Desenvolvimento, no âmbito de suas respectivas atribuições, poderão adotar providências para a implantação e regulamentação das disposições do presente Decreto, com a anuência do Prefeito Municipal.

Art. 6º Este Decreto, após publicação, deverá ser encaminhado, às Varas Cíveis da Comarca de Colider/MT, ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, ao Tribunal Regional do Trabalho - 23ª Região.

Art. 7º As disposições deste Decreto entram em vigor na data de sua publicação, vigorando enquanto o valor dos precatórios devidos for inferior ao dos recursos destinados ao seu pagamento, na forma do artigo 1º.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider/MT, em 05 de maio de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal